SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas, xiii

Prefácio, xvii

Nota do autor, xxi

I – Introdução, 1

1. Conceito e natureza jurídica da arbitragem, 2
2. Constitucionalidade da arbitragem, 5
3. Os princípios fundamentais da arbitragem, 7
4. Arbitrabilidade e capacidade das partes, 10
5. Arbitrabilidade e os direitos patrimoniais disponíveis, 12
6. Arbitragem de direito, 18
7. Arbitragem de equidade, 19
8. Arbitragem institucional ou *ad hoc*, 30
9. Arbitragem interna ou internacional, 32
10. Arbitragem de investimento, 33
11. Arbitragem obrigatória, 41
12. Arbitragem expedita, 44
13. Bons costumes, 45
14. Ordem pública, 46
15. Lei aplicável ao caso concreto, 51
16. *Lex mercatoria*, 57
17. Regulamento da instituição arbitral, 69

18. A *soft law*, 70
19. Idioma utilizado na arbitragem, 74
20. O direito societário e o mercado de capitais na arbitragem, 75
21. O direito ambiental na arbitragem, 87
22. O direito do trabalho na arbitragem, 92
23. Contratos de adesão e direito do consumidor na arbitragem, 95
24. Arbitragem e propriedade intelectual, 100
25. Arbitragem e concorrência, 101
26. Arbitragem e direito civil, 103
27. O Poder Público e a arbitragem, 105
28. Arbitragens complexas: multiparte e multicontratual, 115
29. Os efeitos da falência e da recuperação de empresas na arbitragem, 127
30. Vantagens e desvantagens da jurisdição arbitral em face da jurisdição estatal, 134
31. A escolha da Câmara de Arbitragem, 140
32. É possível a execução de título executivo extrajudicial via arbitragem?, 141
33. Financiamento da arbitragem por terceiros (*third-party funding*), 145

II – Convenção de Arbitragem, 157

1. Convenção de arbitragem: conceito, natureza, espécies, consequências, efeitos, características e requisitos de validade, 157
2. Cláusula compromissória: conceito, forma, natureza, espécies, alcance e efeitos, 160
3. Compromisso arbitral: conceito, natureza, espécies e elementos, 167
4. Cláusula de eleição de foro, 169
5. Inexistência de convenção escrita, 171
6. Cláusula arbitral patológica, 179
7. Cláusula que apenas se reporta ao Regulamento de uma instituição arbitral, 184
8. Cláusula escalonada, 186
9. Extinção da convenção de arbitragem, 188
10. Validade e autonomia da cláusula compromissória, 191
11. Competência para a apreciação da validade de cláusula compromissória, 192
12. Ação para instituição da arbitragem, 199
13. Requerimento de tutela de urgência perante o Judiciário antes de iniciada a arbitragem, 205
14. Ajuizamento de ação perante o Judiciário na pendência de convenção de arbitragem, 206
15. O terceiro e a convenção arbitral: enfoque mais preponderante nos contratos conexos e nos grupos de sociedades, 209
16. A retirada da cláusula compromissória do pacto, 224

17. A reparação civil em decorrência do descumprimento de convenção de arbitragem, 225

III – Árbitros, 227

1. Pessoas que podem exercer a função de árbitro, 228
2. Número de árbitros: titulares e suplentes, 230
3. Escolha do(s) árbitro(s), 232
4. Características e conduta do árbitro, 237
5. Código de Ética do árbitro, 241
6. A figura do presidente e do secretário, 243
7. Impedimento e suspeição do árbitro, 246
8. Dever de revelação, 251
9. Direito de recusa, 257
10. Exceção de impedimento ou de suspeição e competência para o seu julgamento, 258
11. Substituição do árbitro, 260
12. O árbitro como juiz de fato, do fato e do direito, 263
13. Responsabilidade penal e civil do árbitro, 264
14. O procedimento judicial de escolha do árbitro, 268

IV – Procedimento Arbitral, 271

1. Introdução e (in)aplicabilidade subsidiária automática do CPC à LA, 271
2. A escolha das regras do procedimento arbitral e a sua flexibilidade, 273
3. Instituição da arbitragem, 284
4. Ata de missão ou termo de arbitragem (*terms of reference*), 285
5. Local da arbitragem, 286
6. Questões preliminares, 287
7. Princípios expressamente previstos pela Lei, 290
8. (In)dispensabilidade de advogado na arbitragem, 290
9. Tentativa de conciliação, 292
10. Questão prejudicial acerca de direitos indisponíveis, 293
11. Pedido de abertura de processo arbitral, 296
12. Notificação inicial da parte contrária, 297
13. Atos processuais: forma, espécies, comunicação, prazo e efeitos, 298
14. Preclusão, 301
15. Alegações iniciais, 302
16. Defesa, 304
17. Reconvenção, 305
18. Pedido cruzado (*cross claims*), 308

19. Revelia, 309
20. Estabilização da demanda, 311
21. Poderes instrutórios do árbitro e a teoria geral das provas na arbitragem, 313
22. Audiências, 323
23. Formulação de questões de fato e de direito pelo árbitro, 326
24. Os meios de prova, 328
25. As figuras do *cross-examination* e do *direct examination*, 336
26. A figura da testemunha técnica (*expert witness*), 337
27. A figura da *discovery*, 338
28. Memoriais, 339
29. A sentença, 340
30. Coisa julgada, 340
31. Despesas com o processo arbitral, 343
32. Litigância de má-fé, 346
33. Litisconsórcio necessário, 347
34. Intervenção de terceiros, 351
35. Embargos de terceiro, 358
36. Tutela de urgência: cautelar e antecipatória, 359
37. Medidas coercitivas e punitivas, 379
38. A recusa do juiz em cumprir as determinações do árbitro, 381
39. Litispendência, 382
40. Conexão, continência, apensamento de demandas e prejudicialidade externa, 384
41. Suspensão do processo arbitral, 403
42. Prescrição, 405
43. Desconsideração da personalidade jurídica, 410
44. Código de Ética vinculante para os atores da arbitragem?, 412

V – Sentença Arbitral, 414

1. Sentença arbitral × laudo arbitral: qual é a terminologia correta?, 417
2. Prazo para prolação, 417
3. Forma, 420
4. *Quorum* para o julgamento, divergência e solução para o desempate, 420
5. O voto vencido, 423
6. Requisitos da sentença, 426
7. Efeitos e comunicação da sentença, 428
8. A sentença arbitral parcial, 431
9. Transação e homologação do acordo pelo árbitro, 440
10. Embargos de declaração, 442

11. Inexistência de recurso e/ou homologação da sentença perante o Judiciário, 446
12. Possibilidade de se interpor recurso não previsto na lei, 447
13. Liquidação da sentença arbitral, 449
14. Cumprimento de sentença e a defesa do executado, 454
15. Interpretação da sentença arbitral pelo magistrado, 465
16. Revisão do mérito pelo Judiciário?, 467
17. Despesas com a arbitragem e honorários advocatícios sucumbenciais, 468
18. Pedido de anulação da sentença, 468
19. Sentença inexistente e sentença ineficaz, 469

VI – Ação Anulatória de Sentença Arbitral, 478

1. Intróito, 480
2. Hipóteses de cabimento, 483
3. Prazo, 520
4. Competência, 526
5. Legitimidade, 527
6. Procedimento, 529
7. Interseções entre a ação anulatória e a impugnação ao cumprimento de sentença, 531
8. Tutela de urgência, 535
9. Efeitos da decisão judicial, 539
10. Renúncia ao direito de ajuizar a ação anulatória, 542
11. Ação rescisória, 544
12. Ação declaratória de inexistência ou de ineficácia de sentença arbitral, 546
13. A aplicação do princípio da instrumentalidade do processo nas ações anulatória, de inexistência ou de ineficácia da sentença arbitral, 550

VII – Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, 552

1. Prolegômenos, 553
2. Competência, 556
3. Caução, 557
4. Procedimento, 558
5. As hipóteses legais de não homologação, 562
6. Limites da atuação do STJ, 583
7. Casos concretos sobre a homologação: favoráveis e desfavoráveis, 584
8. É possível a homologação de sentença arbitral estrangeira anulada?, 595
9. Homologação de sentença arbitral parcial estrangeira, 605
10. Recurso extraordinário, 607
11. Tutela de urgência, 608

12. Coisa julgada material, 611
13. A execução da sentença já homologada, 614
14. A anulação, no exterior, da sentença arbitral já homologada, 616
15. Ação rescisória e novo pedido de homologação de sentença arbitral estrangeira, 619
16. Possibilidade de se ajuizar ação anulatória de sentença arbitral estrangeira no Brasil, 620

VIII – Arbitragem e o Poder Judiciário, 625

1. Controle judicial nas fases pré-arbitral, arbitral e pós-arbitral, 625
2. As medidas antiarbitragem, 628
3. Os excessos, por parte do Judiciário, em temas de arbitragem, 630
4. Conflito de competência, 632
5. Arbitragem e recurso especial, 636
6. As súmulas, os precedentes, a jurisprudência dominante e o controle concentrado de constitucionalidade no contexto da arbitragem, 642
7. Cautelar de caução, 647
8. Mandado de segurança e arbitragem, 648

Referências, 653

Anexos, 682